

**Reunião ordinária pública****Ata n.º 21/2018****Data: 2018-10-01****Início: 14.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho****Termo: 16.40 horas****Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	José Manuel Mendes Delgado
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal****Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 20 DE AGOSTO DE 2018 -----****BALANCETE -----****N.º 01 – REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DE TOMAR (PMEPCT) – consulta pública (130/PGEN/DPC/2018 - 13/AQUIS/DPC/2018) -----****PROPOSTAS: -----****PROPOSTAS DA PRESIDENTE: -----****N.º 02 – PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO COM O MUNICÍPIO DE LEIRIA (5840/ENTE/DAJA/2018 - 9/ORGFUN/PR/2013) -----****N.º 03 – APOIO À REALIZAÇÃO DO CEYCEYRA MEDIEVAL 2018 (38/PPRC/PR/2018) -----****N.º 04 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, IP (5708/ENTE/DAJA/2018 - 5/ENTEXT/PR/2013) -----****N.º 05 – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE À EXTEMPORE BAND (1/PPRC/GDE/2018) -----****PROPOSTA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA: -----**



**N.º 06 – ESTACIONAMENTO ALTERNATIVO PARA OS RESIDENTES NAS ZONAS CONFINANTES À FEIRA DE SANTA IRIA (1/PPRC/DAJA/2018 - 48/DIVER/DAAOA/2013) ---**

**INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----**

**N.º 07 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (40/PPRC/PR/2018)-----**

**GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----**

**N.º 08 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO QUE APROVOU A ALIENAÇÃO DO LOTE 14ALT EM REGIME DE DIEREITO DE SUPERFÍCIE (2260/ENTE/DAJA/2017)-----**

**GABINETE DA ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:-----**

**N.º 09 – DESLOCALIZAÇÃO DA FEIRA GROSSISTA DE TOMAR NO PERÍODO DE 8 A 31 DE OUTUBRO – trânsito e estacionamento na avenida Maria de Lourdes de Mello e Castro (57/PGEN/GELS/2018 - 1/DIVER/GELS/2018)-----**

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----**

**N.º 10 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DA FACHADA DO CONVENTO DE SANTA IRIA liberação parcial de garantias (5646/ENTE/DAJA/2018 - 142/CONPUB/DOM/2013)-----**

**N.º 11 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DE PAREDES NO CONVENTO DE SANTA IRIA - TRABALHOS COMPLEMENTARES - liberação parcial de garantias (5645/ENTE/DAJA/2018 - 166/CONPUB/DOM/2014)-----**

**N.º 12 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR (81/PGEN/DTC/2018 - 4/ATIVEV/DTC/2018)-----**

**N.º 13 – OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO – imputação de custos referente ao segundo trimestre de 2018 (249/PGEN/DOM/2018 - 1/DIVER/DOM/2013)-----**

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**

**N.º 14 – ADITAMENTO AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE PARCELA DE TERRENO NO PINHAL DE SANTA BÁRBARA PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES (042 S5 Tomar) - NOS TOWERING – Gestão de Torres de Telecomunicações, SA (5548/ENTE/DAJA/2018 - 809/DIVER/DGT/2018)-----**

**DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----**

**N.º 15 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À FESTA DAS VINDIMAS NA VENDA NOVA - Associação Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova (75/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018)-----**



**N.º 16 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À FESTA EM HONRA DE SÃO SIMÃO - Centro Recreativo, Cultural e Desportivo de D. João (73/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018) -----**

**N.º 17 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À FESTA DA CODORNIZ - Associação Recreativa e Académica de Cabeças (72/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018) -----**

**N.º 18 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO EVENTO IV CEYCEYRA MEDIEVAL - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Asseiceira (70/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018) -----**

**DIVISÃO FINANCEIRA: -----**

**N.º 19 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA OS SMAS – MINUTA DE CONTRATO (1/PPRC/DF/2018)-----**

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**

**N.º 20 – APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS AO 16º ENCONTRO AÉREO DOS TEMPLÁRIOS (5245/ENTE/DAJA/2018) -----**

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**

**N.º 21 – APOIO AO FESTIVAL BONS SONS 2018 (4402/ENTE/DAJA/2018 - 17/ATIVEV/DTC/2018) -----**

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----**

**N.º 22 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Basket Clube de Tomar (5816/ENTE/DAJA/2018 - 10/CEDESP/UDJ/2014) -----**

**N.º 23 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Associação Thomar Honoris (5748/ENTE/DAJA/2018 - 7/CEDESP/DDJ/2013)-----**

**N.º 24 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Clube de Jovens Os Aerocalminhas (5674/ENTE/DAJA/2018)-----**

**EXPEDIENTE: -----**

**N.º 25 – ÁGUA ADQUIRIDA PELOS SMAS EM AGOSTO DE 2018 (6051/ENTE/DAJA/2018 - 1/ENTEXT/PR/2013) -----**

**Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e, na ausência de inscritos para o período de atendimento do público, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----**



**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** deu conhecimento que, há cerca de três anos, o município estabeleceu um protocolo com a associação de solidariedade Reagir, uma associação de luso-descendentes e portugueses radicados na zona de Genebra, na Suíça, que, com regularidade, faz chegar donativos à Rede Social de Tomar e ao Centro de Apoio à Família, os quais vão sendo aplicados nas necessidades que vão ocorrendo; entre outras iniciativas, a associação promove uma gala anual que constitui um dos momentos principais de recolha de donativos e de afirmação da comunidade portuguesa; a convite da associação, esteve presente na gala deste ano, que se realizou no passado fim-de-semana, como forma de retribuir o apoio que têm dado, e vão continuar a dar, no sentido até de o virem eventualmente a reforçar, e de sublinhar a extrema importância da associação para a área social do concelho de Tomar e do trabalho benemérito que vão fazendo. Deu nota de que estabeleceu contatos com um conjunto vasto de portugueses originários de Tomar e de concelhos à volta, no Consulado, na Ordem de Malta (que, de alguns anos a esta parte, também trabalha nas áreas sociais), com a intenção de abrir algumas portas e daí poderem advir algumas iniciativas para as áreas sociais ou algumas parcerias ao nível da economia ou do turismo. De seguida, deu conhecimento de que, no ano letivo que se iniciou, o município vai continuar a desenvolver algumas iniciativas para os alunos do pré-escolar e primeiro ciclo, nomeadamente as aulas de adaptação ao meio aquático, para os alunos do terceiro e do quarto ano, bem como a parceria com os municípios da Batalha e de Alcobaça, que consiste em levar os alunos do quarto anos dos três municípios aos três monumentos património mundial; para o pré-escolar, o município organiza as atividades de expansão de horário para complemento e ajuda à família (educação física, música e jogos tradicionais); este ano, o Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria solicitou ao município que organize as atividades de enriquecimento curricular, e vão implementar a educação física, a música, os jogos tradicionais, a dança, o judo, o basquetebol e os jogos de mesa, em particular o xadrez, em articulação com a Gualdim Pais, a Canto Firme, o Ginásio Clube de Tomar, o CALMA, o Basket Club de Tomar e o SCOCS/Judo, associações locais que detêm experiência e conhecimento nestas áreas. -----

**A Sra. Vereadora Filipa Fernandes** deu conhecimento de que as despesas da edição deste ano da Festa Templária rondaram cento e noventa mil euros e as receitas totalizaram catorze mil euros (cerco, visitas guiadas e jantar), e que a edição do Festival Estátuas Vivas teve sessenta mil euros de custos e vinte cinco mil euros de receita. Reportou que, em dois mil e dezassete, a média de atendimento mensal no posto de turismo foi de mil quinhentos e noventa e quatro pessoas e, no corrente ano, foi de dois mil duzentos e oitenta e quatro, o que



denota um crescimento significativo de atendimentos no posto de turismo, também resultado do trabalho de divulgação e comunicação e dos eventos que vão promovendo. Informou que realizou uma visita a casa do Sr. Eng.º Manuel Conceição, onde, para além de um cadeirão, um televisor e uma cama, existem apenas amontoados de brinquedos; vai ser estabelecido um novo protocolo baseado na estratégia definida: primeiro, vão ser recolhidas as máquinas fotográficas e depois os comboios, para que se possa ir fazendo o registo dos bens destinados ao Museu do Brinquedo; está a ser preparada a instalação de um centro de estudos de fotografia na Casa dos Cubos, onde ficará o espólio de Silva Magalhães, fazendo todo o sentido que as máquinas fiquem junto, proposta que mereceu o agrado do dador porque dá dignidade ao conjunto de máquinas. Deu conhecimento que, no período de dezasseis a dezoito de outubro, vai deslocar-se a Perugia uma delegação para participar num conjunto de reuniões da Rota Europeia dos Templários, concretamente uma Assembleia Geral e a primeira reunião do comité científico; na altura, o município apresentará uma proposta de intercâmbio escolar entre as escolas de Tomar, Perugia, Troyes e Ponferrada, para que a rota não se extinga em eventos e comece a ter algum sentido também para os mais jovens, para que, de alguma forma, também se possam envolver nas questões da rota, para o que levarão uma brochura para professores e outra para crianças, como modelo a recriar pelos parceiros. -----

**O Sr. Vereador José Delgado** referiu que lhes agrada que a questão do museu do brinquedo comece a ter pernas para andar e que pensam que o caminho que está pensado poderá ser uma solução definitiva para a situação; o espólio poderá ser muito interessante para Tomar e para quem os visita e será feita justiça, esperando-se que seja conseguida em tempo útil e possa ter uma inauguração em grande, como é merecido. De seguida, apresentou a seguinte

**Recomendação sobre o PEACB – O NOVO PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DO CASTELO DE BODE -A CASTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EM TOMAR:**

“Mais uma vez, Tomar está para ser tramado, por leis e despachos, desgarrados, que não contemplam as realidades e ambições das populações, que trancam o desenvolvimento e a sustentabilidade. ---

Conhecido o Despacho 5797/2018, de 12 de Junho, do Ambiente - Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, publicado no Diário da República n.º 112/2018, Série II de 2018-06-12, que determina a elaboração do Programa Especial da Albufeira de Castelo do Bode (PEACB), em substituição do atual Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode (POACB), que segundo o ministério, se encontra desajustado da atual realidade socioeconómica e do presente quadro legal e institucional, que regula este tipo de instrumentos de gestão do território. -----



Prevê-se de acordo com o Despacho 5797/2018, de 12 de junho, que a elaboração do novo Programa Especial da Albufeira de Castelo do Bode (PEACB), altere algumas das regras existentes e imponha mais restrições, que certamente irão colidir com as ambições dos concelhos que confinam com a Albufeira de Castelo de Bode, onde Tomar não é exceção, em especial, no que se refere às freguesias de Olalhas, Serra/Junceira e S. Pedro.-----

O Programa Especial da Albufeira de Castelo do Bode (PEACB), tem como finalidade definir regimes de salvaguarda dos recursos naturais em presença, com especial destaque para os recursos hídricos, constituindo um instrumento de apoio à gestão da albufeira e da zona terrestre de proteção envolvente, assim como de articulação entre as diferentes entidades com competência na área de intervenção.-----

O PEACB, tem como principais objetivos o seguinte:-----  
Assegurar a defesa e qualidade dos recursos naturais, definir os regimes de salvaguarda que permitam gerir a área de intervenção do programa, de acordo com a proteção e valorização ambientais e com as finalidades principais da albufeira;-----  
Identificar as zonas associadas ao plano de água mais adequadas para a conservação dos recursos naturais e as zonas mais aptas para atividades de recreio e lazer, providenciando os termos da compatibilidade e da complementaridade entre as diversas utilizações;-----  
Definir a capacidade de carga da albufeira, bem como da zona terrestre de proteção associada, que garanta o bom estado da massa de água (bom potencial ecológico e bom estado químico) e permita uma gestão da área objeto do programa numa perspetiva dinâmica e interligada;---  
Estabelecer que o âmbito territorial do PEACB compreende o plano de água e a zona terrestre de proteção, podendo coincidir com o âmbito territorial do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode (500 m) ou ser ajustada a uma largura máxima de 1000 m contados a partir da linha de nível de pleno armazenamento da albufeira, abrangendo os concelhos de Abrantes, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Sardoal, Sertã, Tomar e Vila de Rei.-----  
Cometer à Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., a elaboração do PEACB e sujeitar a elaboração do PEACB a avaliação ambiental.-----

Constituir uma comissão consultiva, que integre, Agência Portuguesa do Ambiente, que preside, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, a Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, a Direcção Regional de Cultura do Centro, a Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, a Direcção-Geral do Património Cultural, o Instituto da Conservação da Natureza



e das Florestas, I.P., o Turismo de Portugal, I.P., o Município de Abrantes, o Município de Ferreira do Zêzere, o Município de Figueiró dos Vinhos, o Município do Sardoal, o Município da Sertã, o Município de Tomar e o Município de Vila de Rei. O PEACB deve estar concluído no prazo máximo de 18 meses contados a partir da data da adjudicação dos trabalhos técnicos. -- Estes são os principais objetivos do PEACB e claro que se concorda com a necessidade de preservação e salvaguarda dos recursos naturais e da criação de um instrumento de apoio à gestão da albufeira, que seja eficaz, atual, equilibrado e que seja compatível com a restante legislação de ordenamento do território, que defina responsabilidades e limites de responsabilidade. -----

Todos sabemos, que ao longo da albufeira, existem diferenças acentuadas na possibilidade de intervenção, quer ao nível de equipamentos de desporto e lazer, quer ao nível de urbanismo, onde Tomar ao longo dos anos tem sido um dos mais lesados e com menos possibilidade de se desenvolver, resultado da falta de uma intervenção forte e persistente, ao longo de décadas, junto do poder de decisão e junto do estado. -----

Repare-se, que um dos objetivos do novo plano para a Albufeira de Castelo de Bode, incide na possibilidade de ampliar a zona de proteção terrestre, contados a partir da linha de nível de pleno armazenamento da albufeira, dos atuais 500m para 1000m, abrangendo os concelhos de Abrantes, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Sardoal, Sertã, Tomar e Vila de Rei. -----

Uma operação que se prevê injusta, cruel e desproporcionada para Tomar, em especial, para as freguesias de Olalhas, Serra/Junceira e S. Pedro, que verão o seu desenvolvimento cortado pela raiz, sem possibilidades de crescimento, ao nível turístico e na criação de riqueza e emprego, o adiamento irreversível de fixação das populações, mais um caminho para intensificar a desertificação no interior do país. -----

O atual plano, com os 500m de proteção terrestre, previsto no atual POACB, tem-se apresentado como um instrumento ineficaz, injusto e um travão ao desenvolvimento, em especial para as aldeias, incluídas em tal mancha, que vêm truncadas as suas possibilidades de desenvolvimento, mesmo que cumpram com todos os requisitos legais, em termos de ambiente, mas tal será potencialmente agravado, será o colapso, se tal mancha de proteção passar para os 1000m. -----

Hoje, assiste-se a uma Albufeira do Castelo de Bode, com um enorme potencial, resultado da sua importância em termos de recursos naturais e turísticos, mas o que ganham os concelhos com tal imponência e importância. Pouco, muito pouco, não fosse a liberdade de usufruir do plano de água, da floresta e do lazer e tudo não passaria de uma miragem. -----



Lisboa, a tutela, explora os recursos naturais da albufeira, transforma-os em energia elétrica e em água potável para consumo, através da EPAL e da EDP, que retribuem com uma das águas e eletricidades mais caras, não deixando qualquer benefício para os concelhos, que viram as suas terras inundadas pelo plano de água e que até hoje, apesar dos seus contributos, nada recebem em troca, a não ser mais e mais obrigações. -----

Urge reclamar e atuar com eficácia, impedir que a zona de segurança terrestre passe dos atuais 500m para os 1000m propostos pelo governo, impedir que esta nova mancha de proteção, invada as aldeias e as impeça de desenvolver, de criar riqueza e de fixar e aumentar a população. -----

A ponderação na elaboração do PEACB, tem de ser uma das premissas e tem de ter em atenção os PDM's de cada um dos municípios, que se podem ver a braços com barreiras intransponíveis ou muito demoradas no tempo, que podem colocar em causa, a execução das suas propostas e do seu desenvolvimento em geral. -----

Perante tudo isto, recomenda-se que o Município de Tomar e os restantes municípios que compõem a comissão, sejam representados pelos respetivos Presidentes de Câmara, dado a necessidade de uma ação forte, coerente e concertada, tendo em vista que o novo PEACB, cumpra o objeto de preservação dos recursos naturais e do ambiente e que em simultâneo, não seja um impedimento, ao desenvolvimento e ao crescimento do seu território e das suas populações. -----

Recomenda-se ainda, que a Presidente de Câmara Municipal de Tomar, tome a iniciativa de convidar os Presidentes de Câmara dos concelhos de Abrantes, de Ferreira do Zêzere, de Figueiró dos Vinhos, de Sardoal, da Sertã e de Vila de Rei, a fim de concertarem uma ação conjunta, tendo em vista um plano que responda às necessidades da região e em especial, impeçam a proposta de proteção terrestre de 500m passar para 1000m, a partir do plano de água." -----

**A Sra. Presidente** disse que subscreve na íntegra esta recomendação, que até seria um bocadinho mais dura se tivesse sido escrita por si. Referiu que a albufeira do Castelo do Bode é um elefante branco e que a administração central fecha aos olhos ao que ali existe; tem que haver uma suspensão temporal do plano de ordenamento que permita que se legalize aquilo que lá existe, com a obrigatoriedade de tratamento das águas residuais; parece que não existem construções ilegais, nomeadamente casas e ancoradouros, mas existem e ninguém vai mandar demolir porque não há dinheiro para isso, pelo que têm que legalizar com a obrigatoriedade de sistemas de tratamento das águas residuais; as casas estão a descarregar



diretamente para o curso de água, mas parece que está tudo bem, que nada existe e nomeadamente a administração central fecha os olhos; por outro lado, quando alguém quer construir alguma coisa dentro da legalidade, as dificuldades são muitas, dando o exemplo da cabana que o município adquiriu para instalar nos Montes, junto à estância de wakeboard, que estão a tentar legalizar há quase dois anos; toda a gente fala que existe um recurso na albufeira do Castelo do Bode, e existe, que pode ser utilizado para fins turísticos, desenvolvimento económico e desenvolvimento das freguesias; na área do nosso concelho, duas das freguesias são de baixa densidade (Olalhas e Serra/Junceira) e se aquilo que se pretende em matéria de política pública é dar condições para que os territórios de baixa densidade se desenvolvam, a verdade é que, depois, ao arrepio, se vem aumentar a zona de proteção para mil metros; a ser assim, fica comprometido o projeto para a praia de Vila Nova, assim como o projeto de requalificação das margens nos Montes, mas o problema continua. Referiu que este tema foi abordado por alto na última reunião do Conselho Intermunicipal e que, entretanto, esteve reunida com o Vereador Hugo Cristóvão para tentar montar uma estratégia sendo que uma das abordagens passa por meter todos dentro de um autocarro e de um barco para, antes de começarem a falar no que quer que seja, virem ver o que é que ali está. Defendeu que uma ação conjunta tem maior peso e tem que ser tomada, mas, mesmo que consigam impedir a passagem para os mil metros, o problema que lá existe não desaparece. Deu conhecimento que há trabalho feito, no âmbito da CIMT e dos municípios abrangidos, para o desenvolvimento daquele território, que poderá ficar comprometido, destacando o projeto de constituição da estância náutica do Castelo do Bode, envolvendo os vários municípios e um conjunto de privados dos vários concelhos, cuja versão final está a ser ultimada para ser presente ao Executivo Municipal. Salientou que subscreve integralmente esta recomendação e espera poder contar com os seus subscritores na luta que se avizinha e que não vai ser fácil. -----

**O Sr. Vereador José Delgado** garantiu que estarão sempre juntos naquilo que é importante para Tomar. Referiu que é claro que é preciso abrir os olhos às pessoas que não são de cá e vêm para cá mandar e que seria positiva uma visita guiada para mostrar a realidade, para que quem vem colocar leis em terra alheia não as faça de forma desgarrada e de forma a que, em vez de facilitar o desenvolvimento, a riqueza e a fixação das populações tenha o sentido inverso; estarão sempre na primeira linha para combater tal gente e tais ações. -----

**A Sra. Presidente** disse que o que está em causa são os instrumentos de gestão do território, que são um entrave ao desenvolvimento. Referiu que, na última sessão da Assembleia



Municipal, foi levantada uma questão sobre o TAC e que, no seguimento da reunião entretanto realizada com o Centro Hospitalar, está em condições de poder adiantar que o TAC da Unidade de Tomar tem estado a funcionar em período experimental, ainda sem protocolo de procedimentos; a partir de hoje, funciona de segunda a sexta-feira, entre as nove as dezassete horas, servindo todos os utentes internos e externos das Unidades de Tomar e Torres Novas, tendo sido efetuado um acordo com o ACES do Médio Tejo para que os doentes sinalizados pelos respetivos serviços venham realizar o exame à Unidade de Tomar quando for necessário; é intenção do Centro Hospitalar alargar o horário para o fim-de-semana, mas não para já; poderá haver uma exceção no caso dos doentes da psiquiatria que, dada a especificidade dos relatórios desta especialidade, terão que se deslocar a Abrantes até que a Unidade de Tomar não adquira know how para efetuar esses relatórios. -----

**A Sra. Vereadora Célia Bonet** começou por se referir à intervenção da Sra. Vereadora Filipa Fernandes quanto ao aumento do número de turistas a consultar o posto de turismo de Tomar e à alegação de que esse facto se deve à maior divulgação que tem sido feita do concelho, sublinhando que a esse facto devem acrescentar alguns outros factos importantes, nomeadamente que esse aumento da procura se registou em todo o território nacional; Portugal está na moda, felizmente, e, mesmo com o aumento que se verificou em todo o país, Tomar ainda está longe do aumento verificado noutros concelhos que até têm menos que visitar. Destacou que é ótimo o aumento dos turistas que visitam Tomar, mas tem que se fazer também uma justa homenagem a quem de direito porque muito desse aumento se deve à sorte que Tomar teve com os antepassados que deixaram aqui um legado de valor mundial, que, hoje em dia, muitas pessoas valorizam e querem ter oportunidade de conhecer. Referiu que passou praticamente um ano do atual mandato, cinco anos de mandato deste executivo, pelo que quer fazer uma pequena análise da situação do concelho que, do ponto de vista dos vereadores do PSD continua a adoecer lentamente e a padecer de enfermidade grave; no dia onze de setembro, acompanhados pela comunicação social, fizeram uma visita às obras em curso no concelho, para as ficarem a conhecer e para saberem em que fase se encontra dada uma delas; os vereadores do PSD ficaram muito satisfeitos por existirem obras em curso, mas isso são os chamados serviços mínimos e não podiam ser menos do que isso, a menos que colocassem os funcionários da Câmara (que são alguns, para não dizer bastantes) a dormir e o executivo hibernasse. Disse que as obras do Centro Escolar da Linhaceira, da Sinagoga, de Palhavã, da estrada das Olalhas e da ecovia da Além da Ribeira são, sem dúvida, muito importantes, todas eram muito necessárias e desejadas, os tomarenses já as mereciam há



muito tempo e estão muito satisfeitos pela sua concretização; mas, em cinco anos, é muito pouco e de novo têm muito pouco, ou seja somos muito bons porque damos o almoço e o jantar aos nossos filhos todos os dias e eles ainda não morreram de fome; são os serviços mínimos, não é nada de fantástico. Disse que só tendo alguns termos de comparação é que se podem autoavaliar pelo que, se recorrerem a Abrantes, um concelho aproximadamente com os mesmos habitantes, que até é socialista como este executivo, e o compararem com Tomar veem que, em Tomar, os autarcas em exercício estão delirantes com obras no concelho no valor de cerca de três milhões e meio de euros; os autarcas de Abrantes estão inconformados com um investimento de doze milhões de euros, isto quando se sabe que, nos últimos anos, Abrantes já teve um investimento muito ativo e de forma significativa, o que não aconteceu em Tomar; a diferença é que, em Abrantes, a Câmara investe a pensar no futuro e, em Tomar, parece-lhes que se investe a pensar nas eleições; o que lhes parece é que se está a aguardar para, daqui a mais três anos, por altura das eleições, se fazer mais algumas obras; não há dúvida nenhuma que são diferentes câmaras, diferentes executivos, ambições e dinâmicas diferentes; o dinheiro público que temos ao dispor, que vem da contribuição de todos os portugueses, é muito valioso e deve servir para alavancar e potenciar o investimento privado; os vereadores do PSD já aqui o identificaram inúmeras vezes, mas não têm visto grandes diferenças, apesar de quem gere a câmara lhes dar razão; continuam com um parque empresarial descuidado, sem identificação das empresas e sem infraestruturas comuns (mudou de nome, mas não é mais do que uma simples zona industrial), mas, mais grave é não se captarem empresas para o concelho, como constatam que acontece em muitos outros concelhos vizinhos; de há um ano para cá, os vereadores do PSD estão a tentar que isto mude, que se vejam as coisas de outra forma, que quem decide para onde vai o investimento público perceba que é aqui que o investimento público deve ser forte e relevante, que não deve servir apenas para fazer obras e festas, que tem que servir obrigatoriamente para potenciar o investimento privado oferecendo condições para que os empresários optem por Tomar em detrimento de outros concelhos que têm à sua disposição; tem acontecido o contrário, têm visto empresas a escolher concelhos vizinhos em detrimento de Tomar e ainda aguardam os tais ditos chineses e judeus que vinham investir vários milhões; gostariam de saber o paradeiro deles porque dava muito jeito a Tomar se, de facto, investissem esses milhões todos; as obras de manutenção e de requalificação em curso, e as que estão planeadas, são muito importantes para o concelho, mas não podem ser exclusivas e prioritárias; não se pode centrar todos os recursos do município na beleza (não podem



comprar um Ferrari e os filhos não terem dinheiro para estudar porque é o estudar que vai permitir o desenvolvimento de competências e olhar para o futuro com otimismo); neste caso, é o investimento público, que tem que ser muito regrado e planeado com critérios bem definidos, que permitirá alavancar o investimento privado de modo a gerar uma cadeia de sinergias que seja significativa. Referiu que isso se tem verificado pontualmente no turismo em Tomar e que não têm dado por isso em mais nenhuma outra área sendo certo que esse investimento cruzado entre o público e o privado fará crescer a oferta de emprego para poderem captar pessoas para viver em Tomar e tornar possível todo o crescimento económico que ambicionam; não podem ter todos uma padaria, uma pastelaria, um café ou um restaurante, têm que olhar para outros segmentos e tentar captá-los para que Tomar não fique refém do turismo; não sabe o que acontecerá a Tomar se o turismo acabar, ou reduzir substancialmente quando Portugal passar de moda e outros destinos estiverem mais em foco. Disse que, para além do investimento ser escasso também não é feito de forma cuidadosa adiantando, a título de exemplo, a substituição dos contentores do lixo por ilhas ecológicas; os vereadores do PSD eram os principais críticos da falta de limpeza dos contentores e da envolvimento em que eles se encontravam, pelo que dão os parabéns pela alteração, que é importante e os deixa muito satisfeitos, mas faz-lhes alguma confusão que não se estude o local onde as ilhas são feitas; por aquilo a que tem assistido nos últimos dias, a menos que haja alguma explicação, parece-lhe que não se estudou o sítio onde as ilhas iam ser colocadas e, do seu ponto de vista, verificam-se algumas aberrações, destacando, como exemplo, a ilha ecológica colocada ao fundo da rua Alexandre Herculano, virada para as quatro esplanadas que ali se encontram; se calhar, ainda não havia esplanadas quando foram ali colocados contentores, mas, agora existem quatro esplanadas que ficam com a magnífica vista para os contentores do lixo; parece-lhes que é dinheiro público mal aplicado, ainda mais quando havia alternativas próximas e podiam evitar que as pessoas vão ficar sentadinhas a comer e a olhar para os contentores que, agora, estão todos muito bonitos, mas todos sabem que, daqui a seis meses, já não vão estar assim; se estavam a investir dinheiros públicos, deviam ter pensado as várias alternativas e escolhido a melhor solução, e esta não lhes parece a melhor para Tomar; o mesmo acontece em frente à esplanada da Marisqueira onde quem estiver ali sentado também observará a beleza da vista para a ilha ecológica com os contentores que, normalmente, cheiram a lixo e têm um aspeto desagradável, por muito bonitos que sejam; também na esplanada do Picnic da alameda um de Março poderão regalar-se a olhar para os recipientes do lixo. Salientou que têm que se satisfazer com o pouco/poucoquinho quando não



há nenhuma outra alternativa, mas, quando existem soluções muito mais adequadas, é triste verem os seus recursos, que já são muito escassos, alocados da forma que não lhes parece ser a melhor. Referiu que estas observações quanto ao embelezamento da cidade e aos serviços mínimos que é obrigatório assegurar, não são meras críticas, são importantes e devem servir de reflexão; provavelmente, quem gere o município terá alguma explicação para as coisas terem sido feitas desta forma, mas deve servir de reflexão para todos o modo como estão a aplicar os poucos fundos que têm e levar à elaboração de um plano que defina as prioridades para Tomar, se continua a ser apenas o turismo ou se querem captar investimento privado noutras áreas que não o turismo.-----

**A Sra. Presidente** disse que fica contente que os tomarenses tenham conseguido perceber quais eram as prioridades para Tomar e lhes tenham dado a vitória. Assegurou que não estão contentes com os três milhões de euros; mostraram as obras porque entendem que têm que mostrar aos tomarenses onde é que está a ser gasto o dinheiro; no âmbito do PEDU, tinham obrigatoriamente de fazer obra dentro da ARU e optaram por dividir o montante global por um conjunto de investimentos elegíveis; sabe que não seria a opção dos vereadores do PSD porque iriam gastar os cinco milhões na construção de um parque subterrâneo na Várzea Grande; em Tomar, ninguém se está a guardar para eleições porque alguns dos investimentos só não se iniciaram antes porque os concursos ficaram desertos; o Centro Escolar da Linhaceira só está a ser feito agora porque a primeira candidatura foi entregue fora de horas; a única preocupação que têm em matéria de obras de requalificação tem a ver com a data da Festa dos Tabuleiros e com a necessidade de fazer um cronograma das obras antes e depois deste evento. Sublinhou que também há um conjunto de investimentos integrados na Intervenção Territorial Integrada, nomeadamente a intervenção efetuada no Aqueduto dos Pegões, e que o investimento não se resume às obras que foram ver. No que se refere à captação de empresas, referiu que, quando tomaram posse, o preço dos terrenos na zona industrial era de cinco euros por metro quadrado, extremamente competitivo com os outros concelhos, como todos sabem, e baixaram para cinquenta cêntimos; a verdade é que nunca nenhum outro executivo apresentou um projeto para requalificação da zona industrial, e, neste momento, há um projeto aprovado no valor de um vírgula sete milhões de euros, onde estão previstas as infraestruturas comuns, a construção de espaços modulares tipo ninho de empresas, assim como existe uma parceria entre a Câmara e o Instituto Politécnico de Tomar para a construção de um centro de valorização do conhecimento, precisamente para obter espaço para acomodar a expansão previsível das empresas de novas tecnologias que já



existem no concelho, bem como para acomodar outro tipo de empresas da mesma área, numa aposta clara na criação de um cluster de novas tecnologias aproveitando a localização de uma instituição de ensino superior no nosso território, claramente um segundo eixo estratégico de desenvolvimento para o concelho. Referiu que uma ilha ecológica não se destina à deposição de resíduos urbanos, mas sim à recolha de resíduos diferenciados, como o cartão, o vidro e o plástico, e que, há um mês, um cliente sentado na esplanada da Marisqueira via três ecopontos à superfície, um deles um bocado danificado, e dois contentores para resíduos urbanos; todos os locais onde estão a ser instaladas as oito ilhas ecológicas foram pensados e tiveram em conta, por um lado, as questões arqueológicas (na cidade, têm que ter acompanhamento arqueológico cada vez que abrem um buraco e podem ser encontrados achados arqueológicos, como sucedeu na alameda um de março, por exemplo) e, por outro lado, as infraestruturas que passam no subsolo (um dos locais que pede gritantemente contentores enterrados é ao fundo da avenida Cândido Madureira, em frente ao antigo liceu, mas não se consegue abrir um buraco dada a quantidade de infraestruturas que ali passam). Referiu que não podem fazer tudo de uma vez e que, paulatinamente, vão continuar a trabalhar para que, na cidade, nos locais onde for possível, deixem de ter contentores à superfície e passem a ter equipamentos enterrados, seja sob a forma de ilha ou sob a forma de molok. No que se refere aos números do turismo, frisou que os números oficiais do turismo na zona centro baixaram comparativamente com o ano anterior (dois mil e dezassete foi um ano excecional, até porque se verificou a visita do Papa, que também contribuiu para o aumento dos números), mas Tomar aumentou e não percebe como pode dizer-se que o turismo aumentou noutros concelhos e não em Tomar.-----

**A Sra. Vereadora Filipa Fernandes** referiu que o aumento de turismo não se verificou em todos os concelhos, como pode constatar numa reunião no âmbito da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico onde nem todos manifestaram este aumento de visitantes às respetivas localidades; os tomarenses podem orgulhar-se disso. Deu conta de que tem conhecimento, de viva voz, de comerciantes locais do ramo de hotelaria e de lojistas, que, este ano, nos meses de verão, aumentaram significativamente a sua receita comparativamente a dois mil e dezassete. Defendeu que é isso que é importante, que é o desenvolvimento local que conta e que é nisso que têm que se focar.-----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** disse que não pode deixar passar a intervenção da Sra. Vereadora Célia Bonet sem dizer nada que complementa o que já foi dito, nomeadamente pela Sra. Presidente. Referiu que talvez seja uma vantagem, acompanhar a atividade da Câmara e



a política local, e intervir publicamente há vinte cinco anos, para ter algum cuidado de não ver só o que está à superfície e perceber o que está por baixo e as implicações que isso tem; foi dito que estão muito contentes com as obras, mas, na verdade, não estão, antes pelo contrário, como a sra. Presidente já disse, e muito bem; e também é preciso dizer que a ideia que, antigamente, existia em política, de que o importante era fazer obras, foi um dos problemas de Tomar durante muitos anos porque se pensou que o importante era fazer obra e depois logo se veria para que é que serviria; gastaram-se assim muitos milhões de euros; tem que falar no passado porque o passado condiciona o presente e é preciso perceber tudo o que foi feito no anterior mandato para organizar a casa e preparar projetos; herdaram um município onde praticamente não puderam aproveitar projeto de coisa nenhuma e tiveram que fazer quase tudo do zero; também é preciso lembrar que, em matéria de fundos comunitários, o governo anterior atrasou de tal forma o QCA que praticamente só com o atual governo é que começaram ser aprovadas candidaturas e a ser atribuídos financiamentos; tudo isso condiciona muito um mandato de quatro anos, mas, apesar de tudo, no mandato anterior reduziram a dívida em catorze milhões de euros; a Sra. Vereadora Célia comparou Tomar com Abrantes e eles também gostariam de se comparar a Abrantes e a outros municípios em termos de organização ao longo de décadas, mas Abrantes não tinha, nem de perto nem de longe, a dívida que tinha o município de Tomar, quantificada em trinta e três milhões de euros mais quatro milhões de dívida escondida (não são eles que o dizem; é a Inspeção-Geral de Finanças que o refere no seu relatório); apesar disso tudo, foi no mandato anterior que os apoios na área do associativismo mais subiram e se mudou o paradigma, passando a apoiar todas as associações ou, pelo menos, a deixar que todas concorressem ao programa de apoio; até ao mandato anterior, as associações da área social, incluindo as instituições particulares de solidariedade social, não podiam concorrer; foi um mandato onde subiram imenso os apoios na área da educação, para ATL, refeições, transportes, entre outros; foi o mandato em que mais habitações sociais foram entregues e não é verdade a mensagem que, algumas vezes, algumas pessoas, nomeadamente da área do PSD, com alguns comportamentos xenófobos, pretendem passar de que, agora, é tudo para uma certa etnia; o município tem cento e oitenta fogos de habitação social e só dez por cento são ocupados por essa etnia. No que se refere ao parque empresarial, referiu que, antes, chegaram a ser vendidos lotes a onze euros o metro quadrado; no mandato anterior, baixaram para cinquenta cêntimos e alteraram o regulamento que era dos anos oitenta; o parque empresarial estava completamente votado ao abandono, assim como outras áreas, e para terem lotes disponíveis para entregar a empresas que o



desejem, é preciso promover os procedimentos necessários para obter a reversão dos lotes, e esse trabalho tem sido e continua a ser feito. Sublinhou que os bairros sociais eram outra área votada ao abandono e só conseguiram entregar habitações porque fizeram um imenso trabalho de andar a reverter para o município muitas casas que, há anos e anos, estavam entregues a pessoas que não precisavam delas e estavam abandonadas ou eram usadas como arrecadação; andaram a tentar encontrar soluções para os problemas de muitas dessas heranças e das tais obras que foram feitas naquela teoria que existiu muito, um pouco por todo o país, e também em Tomar, de que o importante é fazer obra porque é disso que os eleitores gostam; tiveram que encontrar soluções para a Levada e também é preciso lembrar que, quando chegaram, o município estava em risco de ter que devolver seis milhões de euros, que não tinha, desta obra, que estava parada; conseguiram encontrar um novo empreiteiro e, em menos de um ano, a obra foi concluída e evitaram ter que devolver a participação ao QREN; lembra-se muito bem das muitas vezes em que se falava na questão da Levada com o presidente António Paiva, e com o presidente Corvelo de Sousa, e de lhe dizerem que existia um plano museológico, mas são eles que, agora, o estão a fazer com o Instituto Politécnico de Tomar; a casa dos Cubos foi outra obra faraónica, para a qual nunca se pensou numa solução e estão agora, depois de muitas experiências, e de muitas tentativas no mandato anterior, com uma solução interessante para esta obra que custou um milhão e muitos euros sem nunca se ter pensado para que é que iria servir; a escola básica de segundo e terceiro ciclos Nuno Álvares Pereira, o troço da estrada nacional cento e dez e os setecentos e muitos mil euros que tiveram que devolver, foi mais uma das heranças que receberam, a par de uma série de outras situações na área da educação, que, em conjunto, totalizaram mais de um milhão de euros, que tiveram que ir pagando. Frisou que tudo isto condiciona a ação deste executivo, ninguém chega a uma câmara a começar do zero e há coisas que precisam de ser lembradas; em matéria de empresas bem tratadas, toda a gente sabe que houve em Tomar um presidente de Câmara, e não foi do partido que atualmente governa, que tratava muito mal os empresários, alguns foram daqui corridos e outros nem sequer eram recebidos; agora, andam atrás deles e se é verdade que não conseguem agarrar todos também é verdade que, se for preciso, vão ao outro lado do mundo para os ir buscar; essa tem sido claramente a prática da atual gestão municipal, mas, às vezes, não têm as melhores condições para oferecer porque a zona industrial não tem lotes disponíveis com determinadas características, ou não tem pavilhões; ainda recentemente tiveram uma empresa que precisava de um pavilhão grande para cento e muitos postos de trabalho e não o tinham; há muitas coisas que não foram tratadas ao longo



dos anos e que agora não são fáceis de produzir de um dia para o outro; não há soluções mágicas, mas, claramente, andam a fazer esse caminho. Recordou o trabalho com as juntas de freguesia, a forma transparente e clara, por muito que concordem ou não com os critérios, desse relacionamento, e o claro aumento do apoio a todas elas; tudo isso são coisas que não se veem em obra, mas veem-se nos resultados, no trabalho e na qualidade de vida para as populações. Disse que circula nas redes sociais a história do turismo e de agora só quererem turismo, mas não é verdade e é disso exemplo a parceria com a IBM; poderão dizer que é um processo que começou com outro presidente de Câmara, num outro mandato, e é verdade, mas também é verdade que, no dia seguinte às eleições, quinze dias antes de tomarem posse, reuniram com a IBM, a seu pedido, porque não havia nada feito e estavam para se ir embora; havia um contrato que obrigava a que, no início de setembro de dois mil e treze, as instalações estivessem prontas e a obra não tinha sequer começado; garantiram que tudo fariam para que ficassem em Tomar e assim foi; hoje, são mais de trezentas e cinquenta pessoas, quase todas jovens, setenta por cento formadas no Instituto Politécnico de Tomar, que trabalham naquela empresa, e atrás dela vêm outras; isto é trabalho e não está a ir tudo para o turismo, mas, ainda assim, não é verdade que está tudo a correr bem no turismo porque é o que se passa no país todo; perguntou qual é o outro concelho, entre Lisboa e Coimbra, que tem as taxas de turismo, de ocupação, de visitantes, de oferta e de eventos que Tomar tem, deve ser dito qual é porque não o encontra, tirando a especificidade de Fátima, duas ou três vezes por ano.-----

**A Sra. Vereadora Célia Bonet** disse que se aproveitou para fazer um bocadinho de campanha eleitoral e contar a história de tudo o que já se fez durante estes cinco anos, de determinado ponto de vista, que não é o ponto de vista dos vereadores do PSD; a Sra. Presidente disse que os tomarenses os elegeram para governar a Câmara e é um facto, como os vereadores do PSD também têm referido muitas vezes, inclusivamente hoje; mas isso não invalida que valorizem os outros tomarenses que votaram no PSD e que pretendem que os vereadores que elegeram façam alguma coisa; se não estiverem aqui a fazer nada, se é assim que entendem a democracia, vão para casa e deixam quem ganhou a tratar do município sozinho. Quanto aos cinco milhões que os vereadores do PSD queriam para um parque subterrâneo na Várzea Grande, como foi dito, disse que é completamente mentira que quisessem investir cinco milhões de euros num parque subterrâneo e que nunca lhes ouviram isso; aquilo que queriam, e continuam a querer, é um parque de estacionamento que sirva os tomarenses, que pode ser feito em parceria com privados, ou não, de acordo com aquilo que for estudado como o melhor para Tomar, porque entendem que estando-se a gastar ali



dinheiro público, seria bom tentar fazer um parque, mas não foi uma condição; pretendiam que, daqui a dez ou vinte anos, não se partisse a Várzea Grande para se fazer um parque subterrâneo e se pensasse a vinte anos; desde o primeiro dia que tomaram posse, pedem para se elaborar um plano para Tomar a vinte anos, uma cartilha para poderem saber o que pretendem para o concelho de Tomar. Referiu que o Sr. Vereador Hugo Cristóvão continua a atirar para o tempo da pré-história e pediu-lhe que olhe para a frente e deixe o passado no passado porque pode dizer-lhe que muitas coisas que existiam no passado não existem hoje, as pessoas evoluíram e aprenderam, o mundo mudou e a conceção das coisas também; na altura, eram gastos biliões e biliões em autoestradas e agora não se está a fazer isso; a visão das coisas e dos interesses públicos era uma e hoje é outra; as expetativas eram umas e hoje são outras; as pessoas caíram na realidade e a realidade que têm hoje também é diferente daquela que tinham naquela altura; é um facto, que, em cinco anos, o executivo fez uma série de coisas que foram aqui nomeadas, umas de alguma forma empoladas, outras que de facto se registaram, mas mal seria que, em cinco anos, nada tivesse acontecido e não se agisse de acordo com as exigências do dia-a-dia, assegurando os serviços mínimos. Em relação ao que foi dito sobre o concelho entre Lisboa e Coimbra que tenha mais eventos e um plano de estratégia de turismo, disse que o Sr. Vereador não quererá com certeza comparar Tomar com Ferreira do Zêzere, por muito que adore este concelho, ou Ourém, ou Barquinha; tem que comparar o crescimento do turismo com concelhos que têm o mesmo património histórico que Tomar, e são muito poucos, felizmente para nós; Ourém beneficia muito de Fátima, mas não vão comparar o número de visitantes de Ourém ou Ferreira do Zêzere e o número de pessoas que querem visitar o Convento de Cristo e os monumentos em Tomar; comparar e baralhar as pessoas não é o objetivo. Referiu que gostavam muito de ter uma incubadora de empresas e de ver uma procura ativa de investidores, como se fez com a IBM, sendo certo que a história da IBM estar para se ir embora é tudo conversa fiada e não está escrito em lado nenhum. ----

**A Sra. Presidente** interrompeu para sugerir à Sra. Vereadora que fale com o presidente a quem sucedeu e lhe pergunte se é ou não verdade que, ainda antes de ter tomado posse, o acompanhou a Lisboa a uma reunião. Pediu à Sra. Vereadora que não esteja com insinuações porque o que foi dito é verdade e ninguém vem para aqui brincar; têm que falar verdade e ninguém pode dizer que é mentira o que se passou, porque não é; houve trabalho do anterior presidente da Câmara na presença da IBM e ele foi reconhecido, nomeadamente quando o convidou, merecidamente, para a inauguração, tem o mérito de ter trazido a empresa e de ter assinado o acordo com a IBM, o que sempre reconheceram publicamente, mas não fez projeto



nenhum. Disse que regista que a Sra. Vereadora ainda não tenha indicado nenhum concelho da nossa dimensão, entre Lisboa e Coimbra, que tenha crescido em turismo tanto como Tomar.-----

**A Sra. Vereadora Célia Bonet** pediu à Sra. Presidente que não a interrompesse porque também não o costuma fazer. -----

**A Sra. Presidente** retorquiu que estavam a ser ditas inverdades. -----

**A Sra. Vereadora Célia Bonet** disse que não são inverdades; é um facto que a IBM foi captada pelo executivo PSD e que a IBM cá continua com os postos de trabalho que todos lhe reconhecem e que são importantes para Tomar; é um facto também que precisam de muito mais empresas viradas para outras áreas que não o turismo e, pelo menos aparentemente, não veem uma procura ativa por parte do município; procura ativa é diferente de aprovação de lotes, é captar empresas interessadas em investir em Portugal para investir em Tomar e não noutro concelho. No que se refere à referência a comportamentos xenófobos por algumas pessoas do PSD, disse que gostaria que o Sr. Vereador lhes desse nome porque falar assim, no ar, é o mesmo que não dizer nada e ficam todos na mesma; se há comportamentos xenófobos de pessoas do PSD, ou de qualquer outro partido, têm que ser denunciados porque não são comportamentos corretos; para o PSD, a habitação social obedece a regras que estão definidas e não há distinção de raças, religiões ou qualquer outra situação. Referiu que não sabe o que dizer ao Sr. Vereador quanto à afirmação de que houve um presidente da Câmara que tratava mal os empresários; perguntou se isso está escrito e comprovado nalgum lado, se vão continuar a dizer que, no tempo do PS, do Dr. Pedro Marques, se tratava mal os empresários, se tem algum interesse para o futuro; é uma frase que nada diz e é daquelas coisas que não interessa a ninguém. No que se refere aos contentores e às ilhas ecológicas, reafirmou que, em determinados locais, é triste ver que os contentores, que eram feios, sujos e maltratados, são substituídos por outros bonitos e com bom aspeto; podem não ser para deposição de resíduos urbanos, mas servem para deposição de papelão e de outros materiais e, daqui a algum tempo, ficarão com o aspeto que todos já sabem; é a realidade e não um ataque. -----

**A Sra. Presidente** referiu que é engraçado que tudo o que foi feito no passado não tenha interesse; hoje, durante as intervenções da Sra. Vereadora Célia teve a sensação de que devem ter vivido em concelhos diferentes; se dúvidas houver, basta falar com um conjunto de empresários tomarenses, alguns deles com empresas na zona industrial, outros que não têm porque tiveram que ir investir em Ferreira do Zêzere, precisamente porque nem sequer foram recebidos pelo presidente da Câmara; por outro lado, é dito que não têm uma procura ativa de



emprego referindo apenas a IBM e esquecendo a Critical e um conjunto de outras ações, nomeadamente para reversão de lotes na zona industrial; alguns dos lotes ainda não estão libertos porque se encontram a decorrer os processos judiciais; gostavam de ter cá empresas que criassem muitos postos de trabalho e para isso estão em articulação direta com o AICEP, através das respetivas plataformas, e são contactados quando qualquer investidor estrangeiro pretende investir em Portugal; acresce que como não está aprovado o novo plano diretor municipal, onde estão previstas mais áreas de instalação de indústria, e têm aquela restrição no parque empresarial, contactam os privados que tenham pavilhões licenciados, ou passíveis de licenciamento, nomeadamente as massas insolventes da Matrena e da Porto de Cavaleiros, para saberem se podem dar os respetivos contatos; ninguém desconhece também que o tecido empresarial já não é o mesmo de outras épocas; a semana passada houve um contato, mas nem a Câmara nem os privados, tinham terrenos a pavilhões disponíveis em locais passíveis de licenciamento para a instalação da indústria; há necessidade de criar um cluster tecnológico e estão a trabalhar para que tal aconteça.-----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** sublinhou que foi a intervenção inicial da Sra. Vereadora Célia, que parecia estar num comício algures, mas não neste concelho, que deu origem à sua apreciação, que foi depois acusada de campanha; não atacou ninguém, apenas respondeu, e com muito menos do que aquilo que poderia dizer.-----

**O Sr. Vereador José Delgado** disse que todos sabem o que cada um fez e que não existem executivos maravilha, não há os tais e os outros que nada fizeram ou que fizeram tudo mal; é claro que houve muito investimento durante os executivos anteriores, muito dele enterrado, a exemplo das ilhas ecológicas, mas que é estruturante para outras coisas, para outros desenvolvimentos e outros setores; isso foi feito e não precisam de ir de autocarro, como os senhores que vão intervir na albufeira do Castelo do Bode, para dar a conhecer o que cada um fez e como; de certeza que terão virtudes em algumas obras, algumas das quais, porque alguém as fez anteriormente, permitem que, hoje, exista um determinado desenvolvimento na área da cultura e do turismo; se calhar, algumas poderiam ter sido executadas de outra forma face ao que, hoje, é a realidade, mas, apesar de não parecer, passaram muitos anos sobre algumas dessas intervenções. Referiu que também sabem que não basta baixar o preço dos terrenos para captar novos investidores e que o importante é ter uma política global, um verdadeiro parque empresarial que atraia e que tenha terrenos disponíveis para que novas empresas se possam instalar; é tudo isto que é necessário na zona industrial, que está previsto vir a ser parque empresarial, mas ainda não é; espera que as verbas previstas



venham para que haja um salto de qualidade e mais assertividade daquele espaço, para que novos investidores se venham instalar; é preciso pensar no futuro e o que fazem hoje nem sempre é a melhor solução amanhã, mas é o risco da governação, de decidir por A mais B; em complemento à requalificação da Várzea Grande, os Vereadores do PSD, tendo em vista o futuro, decidiram implementar um parque de estacionamento, mas o executivo decidiu não o fazer e tem esse direito; se calhar, daqui a uns anos, irão analisar se foi bem ou mal feito; há sempre a dúvida em relação à maioria dos investimentos, mas o que querem e o que lhes interessa é que haja investimento, que venham novas empresas, que haja um crescimento global, especialmente na qualidade de vida dos tomarenses, a todos os níveis, e que quem nos visita goste de cá vir e volte, e traga riqueza, porque é assim que os nossos comerciantes e os nossos empresários evoluem; como já disseram várias vezes, os vereadores do PSD estão prontos para apoiar novos investimentos, a missão e a obrigação de todos é colocar Tomar na primeira linha e é nesse caminho que estão.-----

**A Sra. Presidente** disse que acredita que todos quantos por aqui passaram, ou vão passar, dão o seu melhor; podem concordar ou não com as opções estratégicas que são tomadas, porque é para isso que existe democracia, mas custa ouvir dizer que nada é feito; não quer saber se a IBM foi trazida pelo PSD, pela CDU ou pelo BE; o que interessa é que cá está; podem discordar das opções, como aconteceu no caso do parque de estacionamento que foi referido, mas é a democracia; também é verdade que deve ser reconhecido o trabalho que tem que ser feito porque, se é verdade que podem sempre fazer melhor, em qualquer área, também é verdade que o contador nunca começa a zeros; não começou para eles e não vai começar para quem lhes suceder, mas pode assegurar, porque é verdade, que, à data de hoje, a situação de quem vier a seguir é muito melhor do que aquela que encontraram. Salientou que, independentemente de onde vier o investimento, o que conta é que traga desenvolvimento para o concelho, qualidade de vida para quem cá reside e que Tomar seja uma referência.-----

**A Sra. Vereadora Célia Bonet** referiu que já foi tudo dito; aquilo que os vereadores do PSD pretendem é contribuir, em todas as reuniões, para que alguma coisa melhore em Tomar; ouvem, constantemente, falar nos erros do passado, especialmente o Sr. Vereador Hugo Cristóvão, que é perito em falar disso, e gostariam de o ouvir falar mais no futuro; um dia destes, também pode dedicar-se um bocadinho a falar nas coisas boas que aconteceram no passado, a não ser que não tenha acontecido nada de bom na governação PSD anterior e na



governação PS que a antecedeu; se houver alguma coisa que tiver acontecido de bom, gostariam de saber. -----

**O Sr. Vereador José Delgado** disse que o que interessa é que foi feito investimento e não quem o fez; há investimento que não se vê, mas que se sente, e esse, às vezes, é tão importante como outros que são muito visíveis; exemplo disso é o facto de não haver cheias em Tomar porque foi feito um investimento estruturante, que não se vê, mas que se sente quando há intempéries, e hoje elas são frequentes; é preciso assegurar uma continuidade sobre esse investimento, desassorear frequentemente o rio, mas não é por aí que quer caminhar, antes quer realçar que todos os investimentos são importantes, que muitos são estruturantes e fundamentais para o desenvolvimento de uma cidade e não se veem; têm que saber potenciar os investimentos que foram feitos, mesmo aqueles que não tenham sido tão bem feitos, agarrar neles e fazer com que funcionem melhor, e pensar em investimentos que sejam estruturantes para o desenvolvimento de Tomar e para criar riqueza e tranquilidade à população de Tomar, que é o que todos desejam. -----

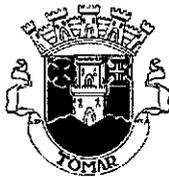
**A Sra. Presidente** disse que considera estruturante para o concelho todo o investimento realizado em águas e saneamento e é dos investimentos que qualquer autarca tem mais dificuldade em fazer porque é enterrado e as obras dão sempre problemas; apesar dos defeitos, de ter ido a Tribunal Arbitral e de ter tido um impacto brutal em termos financeiros, a obra de saneamento na zona onde hoje se encontra a PSP, foi uma obra estruturante, assim como as obras do Polis, nomeadamente em termos de cheias, que precisam agora de ser terminadas; esperam fazê-lo no âmbito da requalificação do Flecheiro, ao abrigo do PEDU; ainda têm metade do centro histórico para resolver, mas Tomar não é só cidade e têm estado a investir também noutros locais do concelho; são estruturantes não só para quem cá vive, mas também para captação de investimentos porque a primeira pergunta é sempre se há abastecimento de água e saneamento e quais são as infraestruturas a montante. -----

**A Sra. Vereadora Filipa Fernandes** referiu que tem conhecimento que circula nas redes sociais a situação de um sem-abrigo ter dormido nas arcadas da Câmara e que se fala que a Câmara nada fez: acredita que muita gente não sabe como as coisas funcionam, pelo que lhe compete, enquanto presidente da rede local, informar que, em situações deste género, deve ser contactado o número cento e quarenta e quatro, a linha de emergência social que vai diretamente para a Segurança Social que, depois, através da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), com instalações na rua Infantaria Quinze, faz todo o acompanhamento em conjunto com as instituições do concelho; um cidadão teve o cuidado de ligar para esse número sobre



esta situação e, segundo sabe, num primeiro momento, a RLIS pediu ao senhor que se deslocasse às suas instalações para ser acompanhado, e o cidadão não apareceu; depois, tentou ir ao seu encontro e nunca o encontrou; telefonou várias vezes para o número que lhe foi deixado e não conseguiu estabelecer qualquer contato. Referiu que, infelizmente, são inúmeros os casos que acontecem no concelho, e que, felizmente, a ação social do concelho de Tomar funciona, primazia o indivíduo e dá seguimento ao acompanhamento das pessoas sem ter que o mostrar; não têm que mostrar o trabalho da ação social porque as pessoas não têm que ser expostas e choca-a quando isso acontece. Salientou que não pode calar o seu desagrado por isso ter acontecido e pediu às pessoas que, quando esses casos surgirem, façam por ajudar, e não por expor, porque ninguém merece ver a sua vida, e a sua desgraça, exposta em redes sociais; é lamentável que, em pleno século vinte um, sabendo todos que há tantas instituições no concelho que trabalham em prol e benefício dos que mais precisam, isto ainda aconteça. Pediu encarecidamente que, em próximas situações, se informe a RLIS que contactará as instituições de que irá precisar (a Caritas, a Cruz Vermelha Portuguesa, a Câmara Municipal, se for o caso de pagamento de rendas – pagam muitas rendas a famílias que, num determinado momento, por algum motivo, não o podem fazer, através do Centro de Apoio à Família, depois de devidamente justificadas pelas técnicas de Serviço Social que integram a rede) porque é lamentável expor vidas e pessoas, que não têm culpa da situação em que estão, para atingir outros; espera sinceramente que esta lamentável situação não se volte a repetir e que, no futuro, as pessoas façam o favor de ajudar efetivamente esses seres humanos, ligando o número que identificou, ou encaminhando para a RLIS. -----

**A Sra. Vereadora Célia Bonet** reforçou aquilo que disse a Sra. Vereadora Filipa Fernandes porque é de facto uma vergonha estarem a expor as pessoas; os técnicos de ação social têm o dever do sigilo e quando vão ajudar uma pessoa não vão para os jornais, ou para as redes sociais, dizer que já ajudaram, que deram comida, sapatos ou fizeram o que quer que fosse; o que fica no ar é que a pessoa está a necessitar e que ninguém ajudou, o que não corresponde à verdade; as instituições também têm sigilo e não andam a falar da vida das pessoas que necessitam; quando são chamadas a apoiar, apoiam mas não divulgam que apoiaram A, B ou C; na generalidade, muitas das pessoas que precisam de ajuda dizem que precisam disto e daquilo mas, quando as instituições vão verificar, não o confirmam. Reforçou que é importante que as pessoas se desloquem aos sítios adequados e que a RLIS é a entrada de todas as situações complicadas, de onde são distribuídos os casos pelas instituições que devem acompanhar cada situação em concreto. -----



**O Sr. Vereador Luís Ramos** disse que a Mata dos Sete Montes, da responsabilidade do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, merece mais atenção. Disse que têm que enaltecer a colocação de novos recetáculos em madeira para deposição de resíduos, mas há falta de limpeza, bancos degradados e falta de manutenção dos jardins; o circuito de manutenção encontra-se ao abandono com sinalética inexistente ou estragada; a maior parte dos equipamentos para exercício físico encontra-se destruído e impraticável. Referiu ainda o incumprimento dos horários de abertura e de encerramento do portão, aos feriados e fins-de-semana; segundo julga saber, a Câmara assumiu o compromisso de garantir esta questão nos dias em que o único funcionário está de folga, mas tem havido falhas; muitas vezes, há atletas, caminheiros e famílias à espera que o portão abra. Disse que a Câmara deve agir e atuar, pressionando o ICNF no sentido de reforçar os recursos - houve recentemente um concurso de admissão de pessoas pelo ICNF, mas a Mata não foi contemplada - e alertar para a falta de manutenção do espaço. -----

**A Sra. Presidente** referiu que a abertura e fecho do portão tem sido assegurada pelos Bombeiros, que nem sempre estão disponíveis para cumprir aqueles horários, pelo que tiveram que equacionar outra solução. -----

**A Sra. Vereadora Filipa Fernandes** deu nota de que se avizinham boas notícias para a cidade nesta matéria. Informou que reuniu com o responsável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e que está a ser ultimado um protocolo para gestão partilhada do espaço, para que, de uma vez por todas tenha acompanhamento digno, como merece; está previsto que a abertura do portão passe a ser assegurada pela Câmara, através de trabalhadores que vai afetar à Mata, e estão também a negociar com a direção do Convento de Cristo a abertura da porta da Torre da Condessa; da parte do ICNF, vai ser afetada ao espaço uma equipa de sapadores, que vai dar uma grande ajuda na reflorestação e nas pequenas obras. -----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** disse que os equipamentos de manutenção física que existem na Mata dos Sete Montes são em madeira e que é natural que se vão degradando com os anos; a situação está analisada e há a intenção de prever a sua reabilitação no orçamento para o próximo ano, assim como de outros equipamentos mais ou menos semelhantes que existem foram daquele espaço. -----

**O Sr. Vereador José Delgado** apresentou a seguinte **Recomendação sobre a segurança e o sistema de gestão de segurança nas empreitadas**: -----

"Infelizmente aconteceu o indesejável, uma Senhora com a idade de 91 anos, faleceu após ter



.....  
sido atropelada gravemente, por uma máquina na empreitada de "Obras de Requalificação Urbanística na Rua Corredoura do Mestre", em Palhavã, Tomar. -----

Mais uma vez se pergunta, porque ocorrem acidentes graves ou mortais, em empreitadas de obras públicas ou privadas, porque ocorrem, quem são os responsáveis, o que falhou, o que se devia ter feito, o que não foi feito. -----

Mas o mais estranho e curioso, centra-se na seguinte questão: "porque ocorrem acidentes em empreitadas, que arrastam pessoas para acidentes graves ou mortais, pessoas que não fazem parte dos intervenientes previstos numa empreitada, pessoas que nada têm a ver com a execução das obras, porque morrem". -----

Assim: -----

- Sabendo que numa empreitada, a gestão das questões relacionadas com a segurança, são uma prioridade e uma obrigação legal;-----
- Sabendo que numa empreitada se tem de cumprir a legislação em vigor, em especial, o DL n.º 273/2003 de 29 de outubro e o DL n.º 50/2005 de 25 de fevereiro.-----
- Sabendo que a gestão de um estaleiro de uma empreitada com trabalhos na via pública é bem diferente, de um estaleiro em edifícios; -----
- Sabendo que uma empreitada numa via pública, não está na sua generalidade delimitada por vedação e que os trabalhos confinam regularmente com diversos edifícios e acessos; -----
- Sabendo que numa empreitada em via pública, tem de se garantir em segurança, os acessos a pessoas e veículos, na zona de execução dos trabalhos e nas zonas de ligação; -----
- Sabendo que numa empreitada em via pública, têm de se implementar medidas eficazes de segurança, para a circulação de veículos e pessoas, que não fazem parte dos intervenientes da empreitada, mas que têm de ter acesso aos edifícios e entradas de propriedades; -----
- Sabendo que numa empreitada em via pública, é necessário um plano de sinalização temporária, devidamente aprovado; -----
- Sabendo que a sinalização temporária destina-se a prevenir os utentes da existência de obras ou obstáculos ocasionais na via pública e a transmitir as obrigações, restrições ou proibições especiais que temporariamente lhes são impostas; -----
- Sabendo que as obras e obstáculos ocasionais na via pública devem ser convenientemente sinalizados, tendo em vista prevenir os utentes das condições especiais de circulação, impostas na zona regulada pela sinalização temporária; -----
- Sabendo que sempre que exista um obstáculo ocasional ou uma zona de obras que pela sua



natureza possa condicionar o trânsito de peões, deve ser devidamente sinalizada ou garantir uma pista obrigatória para peões ou alternativas de percurso; -----

- Sabendo que na circulação de peões em zonas de obras é necessária sinalização adequada e proceder ao seu encaminhamento, por condicionalismos provocados por trabalhos na via, em especial, por riscos resultantes da circulação de máquinas; -----

- Sabendo que as máquinas devem possuir avisos sonoros de marcha atrás e sinalização luminosa, com luzes intermitentes, para alertar as pessoas; -----

- Sabendo que em caso de falta de visibilidade, os operadores das máquinas devem conduzir com velocidade reduzida e devem ser ajudados por trabalhadores designados para o efeito e que em qualquer situação devem efetuar manobras bruscas ou perigosas; -----

- Sabendo que é necessário assegurar que todos os equipamentos de trabalho existentes num estaleiro estejam em bom estado de funcionamento e de utilização e que sejam operados ou conduzidos por pessoa com competências para o efeito;-----

- Sabendo que numa empreitada, sempre que exigível, tem de existir um Plano de Segurança e Saúde, validado pelo Coordenador de Segurança em Obra e aprovado pelo Dono de Obra, que define o sistema de gestão de segurança a utilizar na empreitada, as responsabilidades, os condicionalismos, os processos de trabalhos, os riscos e as medidas de prevenção;-----

- Sabendo que em qualquer empreitada é preciso estabelecer um sistema eficaz de informação e formação. -----

Sabendo tudo isto, pergunta-se porque ocorreu tal acidente, que fazia a Senhora que faleceu, na zona de movimentação de máquinas e na zona de execução dos trabalhos, sem que o sistema de gestão de segurança o impedisse. -----

Onde estavam implantadas as medidas de prevenção previstas no Plano de Segurança e Saúde, para prevenir, contra o risco de atropelamento e esmagamento, a garantia de manter as distâncias de segurança entre as máquinas e trabalhadores e neste caso, em relação a pessoas, não intervenientes na empreitada, os peões, o cidadão.-----

É sabido que nas empreitadas com as características da empreitada de "Obras de Requalificação Urbanística na Rua Corredoura do Mestre", a zona de execução de obras é algumas vezes, partilhada por pessoas alheias à empreitada, isto é, onde residentes têm de partilhar e circular nas zonas de execução de obra, por falta de alternativa, mas onde tem de existir, obrigatoriamente um sistema eficaz de informação e prevenção, que minimize ou elimine a ocorrência de acidentes.-----

Não se pretende com esta apresentação apontar os responsáveis ou responsabilidades de cada



um dos intervenientes, pois tal tarefa compete à ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho, ao Ministério Público e aos Tribunais, mas compete-nos alertar para as razões de tão infeliz ocorrência, de forma a ser criado um sistema que evitem a sua repetição. -----

Os investimentos públicos, a execução de obras, são em geral bem-vindas e uma necessidade, que têm como base a melhoria da qualidade de vida das populações, no entanto, não podem transformar-se em algo negativo, por não conformidades, cuja ação resulte em acidentes graves ou mortais.-----

A razão desta intervenção, centra-se na necessidade de conjugação da premissa obra/segurança, em especial, nas obras em via pública, que interajam com a população, onde o sistema de gestão de segurança, tem de ter eficaz e proteger os trabalhadores e as pessoas, que têm de conviver com a execução das obras. -----

Por fim, recomenda-se a implantação de melhorias no sistema de segurança e saúde no trabalho, que vise a melhoria na gestão das empreitadas do Município de Tomar, tendo em vista, a prevenção contra acidentes e a garantia de locais de trabalho, seguros e saudáveis.”.

**A Sra. Presidente** referiu que uma morte é sempre lamentável, quer seja um trabalhador ou, como ocorreu na nossa empreitada, uma moradora. Informou que o plano de segurança e saúde está aprovado e cumpre os normativos legais, assim como o plano de sinalização temporário, e que, atendendo às características da obra a mesma foi visitada diariamente pela comissão de fiscalização não tendo sido detetado incumprimento em termos de segurança e sinalização; vão fornecer os elementos que têm à Autoridade para as Condições do Trabalho e aguardar os resultados da sua investigação.-----

**Terminado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia vinte de agosto de dois mil e dezoito, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.**-----

A Sra. Vereadora Filipa Alexandra Ferreira Fernandes não participou na aprovação da ata, por não ter estado presente na reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

**Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:**-----

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, o qual acusa os seguintes saldos: quatro milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, trinta e seis



euros (4.499.036,00€) em Operações Orçamentais, e duzentos e vinte sete mil, setecentos e oitenta e sete euros e vinte e dois cêntimos (227.787,22€) em Operações Não Orçamentais. --

**N.º 01 – REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DE TOMAR (PMEPCT) – consulta pública** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o início do procedimento de consulta pública da componente não reservada do plano municipal de emergência de proteção civil, nos termos e fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou iniciar o procedimento de consulta pública nos termos propostos, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 7.º da Resolução n.º 30/2015 da Comissão Nacional de Proteção Civil, de 7 de maio. ---  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**PROPOSTAS:** -----

**PROPOSTAS DA PRESIDENTE:**-----

**N.º 02 – PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO COM O MUNICÍPIO DE LEIRIA**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta de protocolo de entendimento a estabelecer com a Câmara Municipal de Leiria para criação da Rede Cultura 2027, no âmbito da candidatura de Leiria a Capital Europeia da Cultura de 2027, nos termos e fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos.-----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 03 – APOIO À REALIZAÇÃO DO CEYCEYRA MEDIEVAL 2018**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros) à quarta edição do evento Ceyceyra Medieval, organizado pela Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Asseiceira.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o referido apoio financeiro à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Asseiceira, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 04 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, IP**-----



Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal a minuta do protocolo outorgado a 18 de setembro de 2018 com o objetivo de enquadrar a colaboração entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP e o Município de Tomar, na implementação de consultas de saúde oral no Serviço Nacional de Saúde, nos cuidados de saúde primários, no Concelho de Tomar, regulando os seus termos e condições.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o protocolo nos seus exatos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 05 – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE À EXTEMPORE BAND-----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a cedência de viatura e motorista no dia 30 de setembro, para assegurar a deslocação da banda tomarense Extempore Band à FNAC de Oeiras.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o referido despacho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**PROPOSTA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----**

**N.º 06 – ESTACIONAMENTO ALTERNATIVO PARA OS RESIDENTES NAS ZONAS CONFINANTES À FEIRA DE SANTA IRIA -----**

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos: "Considerando a mudança da Feira de Santa Iria da Várzea Grande para a zona do mercado;-----

Considerando que essa mudança, vai condicionar o estacionamento dos residentes das ruas confinantes;-----

Considerando que é justo, que se disponibilize uma alternativa de estacionamento para estes residentes.-----

Propõe-se que os residentes nas zonas confinantes ao espaço da Feira de Santa Iria, possam ter estacionamento alternativo, através de um acesso de livre-trânsito, sem pagamento, para estacionar no parque de estacionamento do Pavilhão Municipal, durante o período da Feira de Santa Iria, incluindo o período de montagem e desmontagem da feira.-----





Para o efeito a proposta de deliberação de Presidente de Câmara, solicitou uma informação, ao Departamento de Obras Municipais. -----

Apreciação da razão da proposta, dos elementos e da informação do DOM: -----

Os vereadores do PSD apresentaram esta proposta, que visa a possibilidade de estacionamento alternativo, durante o período da Feira de Santa Iria, incluindo a fase de montagem e desmontagem, face aos condicionalismos, que irão ocorrer durante o evento, resultado da instalação da feira nesta zona. -----

Uma proposta simples e de fácil execução, que resultou do pedido de alguns Tomarenses, que residem nesta zona e que durante o período da feira, irão ter os estacionamentos fortemente reduzidos ou anulados. -----

Habitualmente a Câmara Municipal de Tomar cede lugares de estacionamentos gratuitos durante a organização de eventos, que ocorrem em Tomar, sem qualquer pagamento, face à necessidade de apoio em termos logísticos e de mobilidade, situações que se consideram exceções e de âmbito não regular, em regra com o apoio dos vereadores do PSD. -----

Também a possibilidade de estacionamento alternativo, no parque do Pavilhão Desportivo, durante o período da Feira de Santa Iria, é uma exceção, quer pela realização da feira nesta zona do Mercado, resultado do processo de requalificação da Várzea Grande, quer pelo curto período em que ocorre e pela situação excecional de dificuldade de estacionamento no período de realização da feira. -----

Percebeu-se hoje durante o decorrer da Reunião de Câmara e pelas informações técnicas em anexo, que a posição do executivo socialista iria ser negativa, o que veio a acontecer, resultado da informação técnica do DOM, que apesar de não responder ao conteúdo e objetivos da proposta, sai fora do contexto técnico e entra fortemente, em considerações e opiniões políticas, coisa estranha e pouco vista. Pois aos técnicos cabe informar tecnicamente, sustentar tecnicamente as propostas e aos políticos cabe a responsabilidade de decidir e traçar o caminho do sentido de voto, uma responsabilidade que pertence apenas aos eleitos. -----

A informação técnica, neste caso, seria perfeitamente dispensável dado o seu conteúdo e a falta de enquadramento no objetivo da proposta, no entanto, estranhamente o poder político, decidiu acatar a proposta técnica, que nega a premissa facilitar a vida aos Tomarenses residentes na zona de implantação da Feira de Santa Iria. -----

Esperava-se que a proposta dos Vereadores do PSD fosse viabilizada pela maioria do executivo socialista, que chamassem a si a responsabilidade conjunta de tal ação, que permitissem a possibilidade dos Tomarenses residentes na zona da feira estacionarem gratuitamente no



Parque do Pavilhão Desportivo, a exemplo do que acontece com as pessoas que integram os eventos organizados em Tomar, como uma exceção. -----

Diz-se na informação interna, que em termos logísticos, tal ação é de difícil execução para a Câmara Municipal de Tomar, coisa estranha, pois para facilitar o estacionamento solicitado, bastaria identificar os residentes com automóvel e controlar as entradas e saídas através de uma simples listagem.-----

Esta dificuldade da câmara, em operacionalizar o estacionamento gratuito para os residentes na zona da feira, poderia ser resolvida pela Junta Urbana, entidade conhecedora da zona e com proximidade aos residentes. -----

Assim apesar dos 3 votos favoráveis dos vereadores do PSD, a proposta foi chumbada através dos 4 votos contra do executivo do partido socialista. Um voto contra sem qualquer reação ou explicação do executivo socialista, escudado numa proposta técnica, quem sabe a pedido, baseada em informações básicas, conhecidas de toda agente e sem qualquer enquadramento nos objetivos da proposta. -----

Impediu-se desta forma, que os residentes nas zonas confinantes ao espaço da Feira de Santa Iria, possam ter estacionamento alternativo durante o evento, incluindo o período de montagem e desmontagem, uma negação, que lesará os Tomarenses residentes na zona de implantação da Feira.”.-----

**INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:**-----

**N.º 07 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017** -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em setembro pela Sra. Presidente, ao abrigo das alíneas f), e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:**-----

**N.º 08 – PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO QUE APROVOU A ALIENAÇÃO DO LOTE 14ALT EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE** ----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a revogação da deliberação tomada a 8 de maio de 2017, a aprovar a cedência, em direito de superfície, do lote 14ALT do Parque Empresarial de Tomar, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 3/VHC/2018. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou revogar a



deliberação tomada a 8 de maio 2017, pelos fundamentos apresentados na referida informação. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**GABINETE DA ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:** -----

**N.º 09 – DESLOCALIZAÇÃO DA FEIRA GROSSISTA DE TOMAR NO PERÍODO DE 8 A 31 DE OUTUBRO – trânsito e estacionamento na avenida Maria de Lourdes de Mello e Castro)** -----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques: “Em virtude da deslocalização da Feira Grossista que se realiza às segundas, quartas e quintas-feiras no horário compreendido entre as 17h00 e as 22h00, para as bolsas de estacionamento da Avenida Maria de Lourdes Mello e Castro, no período de 08 a 31 de outubro de 2018, proponho: -----

Circulação e estacionamento proibido/condicionado no sentido descendente no troço entre a rotunda da estrada do Barreiro e a rotunda da estrada da Serra (vulgo rotunda do Modelo/Continente), no período atrás mencionado, exceto para as operações de revenda e viaturas prioritárias, a todo o tempo.”.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----

**N.º 10 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DA FACHADA DO CONVENTO DE SANTA IRIA liberação parcial de garantias**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 4611/2018 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a liberação 15% do valor das garantias da empreitada de recuperação da fachada do Convento de Santa Iria, pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou liberar 15% do valor das garantias da empreitada de recuperação da fachada do Convento de Santa Iria. --

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 11 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DE PAREDES NO CONVENTO DE SANTA IRIA - TRABALHOS COMPLEMENTARES - liberação parcial de garantias** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 4612/2018 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a



liberação 15% do valor das garantias da empreitada de recuperação de paredes no Convento de Santa Iria – trabalhos complementares, pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou mandar liberar 15% do valor das garantias da empreitada de recuperação de paredes no Convento de Santa Iria – trabalhos complementares.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 12 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR** -----

No seguimento da deliberação tomada a 20 de agosto, foi presente a informação n.º 100/2018 da Divisão de Manutenção e Equipamentos, a dar conta que as tarifas de estacionamento de veículos das equipas de produção da gala das Sete Maravilhas à Mesa no parque de estacionamento do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar importaram em 105,60€ (cento e cinco euros e sessenta cêntimos). -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**N.º 13 – OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO – imputação de custos referente ao segundo trimestre de 2018** -----

Foi presente, para conhecimento, informação referente à despesa apurada pelo Departamento de Obras Municipais no segundo trimestre do corrente ano relativa a trabalhos executados em obras por administração direta e manutenção dos equipamentos do município.-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:** -----

**N.º 14 – ADITAMENTO AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE PARCELA DE TERRENO NO PINHAL DE SANTA BÁRBARA PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES (042 S5 Tomar) - NOS TOWERING – Gestão de Torres de Telecomunicações, SA** -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal minuta de aditamento ao contrato de arrendamento de parcela de terreno municipal no Pinhal de Santa Bárbara, celebrado a 24 de março de 1998 com a Main Road, Telecomunicações, SA, correspondente à alteração da área arrendada para 70 m2 e à atualização do valor da renda mensal ilíquida para 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros), pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do aditamento nos seus exatos termos. -----



Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----**

**N.º 15 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À FESTA DAS VINDIMAS NA VENDA NOVA - Associação Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova -----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de distribuição de publicidade ocasional alusiva à festa das Vindimas, em Venda Nova, nos termos da informação n.º 3616/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a distribuição de publicidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 16 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À FESTA EM HONRA DE SÃO SIMÃO - Centro Recreativo, Cultural e Desportivo de D. João -----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de distribuição de publicidade ocasional alusiva à festa em honra de São Simão, em Fonte D. João, nos termos da informação n.º 3548/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a distribuição de publicidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 17 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL À FESTA DA CODORNIZ - Associação Recreativa e Académica de Cabeças -----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de distribuição de publicidade ocasional alusiva à festa da Codorniz, em Cabeças, nos termos da informação n.º 3530/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a distribuição de publicidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



**N.º 18 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO EVENTO IV CEYCEYRA MEDIEVAL - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Asseiceira**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de distribuição de publicidade ocasional alusiva à quarta edição do evento Ceyceyra Medieval, em Asseiceira, nos termos da informação n.º 3527/2018 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a distribuição de publicidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO FINANCEIRA:**-----

**N.º 19 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA OS SMAS – MINUTA DE CONTRATO**---

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 2083/2018 da Divisão Financeira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do contrato de crédito a longo prazo a celebrar com o Banco BPI, SA.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta nos seus exatos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos que apresentaram a seguinte declaração de voto: "A proposta apresentada pela Divisão Financeira, em Reunião de Câmara, da minuta de contrato para contratação de um empréstimo para o SMAS, foi apreciado pelos vereadores do PSD, tendo estes votado desfavoravelmente.-----

Esta votação, reflete a posição dos vereadores e de todos os deputados da Assembleia Municipal ao longo deste processo.-----

Na reunião de 02 de abril de 2018, fomos confrontados com uma proposta de contratação de empréstimo no valor de 1.100.000€ "para assegurar os compromissos com Fornecedores (EPAL, Águas do Vale do Tejo e Resitejo)", conforme deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de 12 de março de 2018.-----

Nessa data as questões levantadas não foram devidamente esclarecidas quanto às aparentes contradições existentes no processo.-----

O Conselho de Administração dos SMAS aprovou em 30 de outubro de 2017 "propor à Câmara Municipal que, pelo orçamento Municipal a contratação de um empréstimo bancário), para



assegurar a verba necessária ao reforço orçamental (1.118.335,00 €) que viabilize o avançar das empreitadas — coletores da Ponte da Vala, coletores da Peralva, coletores da Charneca da Peralva — integradas na candidatura ao POSEUR — 12 — 2016— 38, aprovada em 31 de janeiro de 2017”, conforme consta da respetiva ata.-----

A deliberação referida no ponto anterior foi revogada na reunião do CA dos SMAS de 12 de março de 2018, na ausência da Presidente Anabela Freitas. Reduzido a dois elementos, o CA deliberou “propor à Câmara Municipal a contratação de empréstimo, no valor de 1.100.000,00 € para permitir assegurar os compromissos com os Fornecedores EPAL, Águas do Vale do Tejo e RESITEJO, conforme consta da respetiva ata. -----

Na informação interna assinada pela técnica superior Anabela Marques dos Santos e datada também de 12 de março de 2018 refere-se:-----

1. Na sequência da informação n.º 5146 de 9/10/2017 foi deliberado pelo CA em 30/10/2017 propor à Câmara Municipal a contratação de um empréstimo bancário no valor de 1.118.335,00€ para assegurar que o orçamento dos SMAS para 2018 tivesse verba orçamental para adjudicar as empreitadas de Construção de Coletores de Ponte da Vala, Coletores da Peralva e Coletores da Charneca da Peralva, integradas na candidatura ao POSEUR - 12 - 2016 - 38. -----

2. Apesar daquela deliberação ter sido enviada para a Câmara em 27/11/2017, ainda não foram pedidas propostas aos bancos para o efeito.-----

3. Uma vez que os SMAS já se encontram bastante atrasados no que respeita ao cumprimento do calendário aprovado pelo POSEUR, o que pode comprometer toda a candidatura, propõe-se libertar do orçamento destes Serviços os compromissos assumidos com as despesas de abastecimento de água, Tratamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos urbanos referentes aos últimos meses do ano para se poder avançar com os procedimentos para a execução das referidas empreitadas. -----

4. Assim, ficam a faltar cerca de 1.100.000,00€ no orçamento dos SMAS para pagamento daquelas despesas correntes, devendo ser solicitado ao Município a contratação de empréstimo naquele valor, com a maior brevidade possível, de modo a permitir que sejam assegurados os compromissos assumidos com os fornecedores EPAL, AdVT e RESITEJO.-----

A contratação do referido empréstimo foi deliberada em Assembleia Municipal, com a finalidade de assegurar compromissos assumidos com fornecedores e todo o processo posterior refere que se destina ao pagamento de obras de saneamento, sendo que no nosso



entender o empréstimo para obras de saneamento não está devidamente deliberado pelo órgão responsável. -----

Assim, e atendendo a que consideramos todo o processo ferido de ilegalidades graves, votamos desfavoravelmente a minuta de contrato de empréstimo.”. -----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----

**N.º 20 – APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS AO 16.º ENCONTRO AÉREO DOS TEMPLÁRIOS** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1676/2018 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pelo apoio prestado pelos Bombeiros Municipais ao 16.º Encontro Aéreo dos Templários, conforme solicitado pela Associação Tomarense de Aviação Ultra-Ligeira. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela assistência prestada ao evento pelos Bombeiros Municipais, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

**N.º 21 – APOIO AO FESTIVAL BONS SONS 2018**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de cedência de equipamento e gasóleo à organização da edição de 2018 do festival Bons Sons, conforme solicitado, com o custo total de 6.444,00€ (seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros).-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a cedência do equipamento e do gasóleo, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:** -----

**N.º 22 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Basket Clube de Tomar** -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1014/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão Dom Nuno Álvares Pereira no dia 29



do corrente mês, para realização de formação de minibasquete, conforme solicitado pelo Basket Clube de Tomar, pelos fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 23 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Associação Thomar Honoris**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1005/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão Dom Nuno Álvares Pereira nos dias 20 e 21 de outubro, para realização do primeiro Torneio Nacional de Esgrima Histórica Thomar, conforme solicitado pela Associação Thomar Honoris, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 24 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Clube de Jovens Os Aerocalminhas** -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1012/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Estádio Municipal de Tomar no dia 22 do corrente mês, para realização de prova do Campeonato Nacional de Drones, conforme solicitado pelo Clube de Jovens Os Aerocalminhas, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**EXPEDIENTE:**-----

**N.º 25 – ÁGUA ADQUIRIDA PELOS SMAS EM AGOSTO DE 2018** -----

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 24 de setembro, sobre a água adquirida no mês de agosto do corrente ano.-----



A Câmara tomou conhecimento.-----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e quarenta minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----**

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---**

*Avelina Maria Lopes Leal*  
*Avelina Leal*